

CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS SOBRE O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC

Paulo Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
paulodaniel35@hotmail.com

Leila Pio Mororó

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
lpmororo@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste estudo foi elencar parte das contribuições de pesquisadores em torno da política pública, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, implantado em 2012. O PNAIC chama a atenção por ser uma política recente que visa alfabetizar as crianças até os oito anos de idade investindo na formação continuada de professores. É pertinente para tanto, a compreensão acerca do que apontam as pesquisas sobre essa política. A metodologia utilizada foi a busca online nos bancos de dados disponíveis, a exemplo da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Banco de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). Os estudos analisados apontam o risco da focalização no contexto das políticas públicas. Revelam fragilidades na transposição da proposta inicial do PNAIC. Discutem gerencialismo, descentralização e a urgência da construção de um sistema nacional de educação.

Palavras-chave: Formação continuada. PNAIC. Política pública

Introdução

Este trabalho apresenta as contribuições oriundas do levantamento bibliográfico das produções acadêmicas em torno do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

No bojo de medidas visando à melhoria na qualidade da educação no Brasil e conseqüentemente a redução do analfabetismo entre crianças, foi publicada em 4/07/2012 no Diário Oficial da União a Portaria 867/2012, que cria o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Os entes federativos firmam um acordo com o governo federal assumindo o compromisso de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas aos oito anos de idade

quando finalizam o 3º ano do Ensino Fundamental. O governo federal, junto aos Estados e Municípios, reafirmou e ampliou os compromissos previstos no Decreto 6.094/2007 (Compromisso Todos pela Educação), no tocante ao inciso II do art. 2º - “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico” (BRASIL, 2012), que passa a abranger: alfabetização em Língua Portuguesa e em Matemática; realização de avaliações anuais universais, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, para os concluintes do 2º e do 3º ano do Ensino Fundamental; apoio gerencial, no caso dos estados, aos municípios que tenham aderido ao PNAIC, para sua efetiva implementação e organização de uma rede de aprendizagem.

Essa política pública é classificada pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC como “um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas que são disponibilizados pelo MEC e que contribuem para a alfabetização e o Letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores” (BRASIL, 2012). O PNAIC, no seu conteúdo e construção, firmou-se em quatro eixos de desempenho: avaliações sistemáticas; gestão, controle e mobilização social; formação continuada; materiais didáticos, jogos obras literárias e tecnologias para educação (BRASIL, 2012) ¹. O levantamento apresentado neste artigo se ateve, sobretudo, à formação continuada de professores no programa.

O PNAIC enquanto política pública pretende alfabetizar as crianças até os oito de idade investindo na formação do (a) docente. É oferecida uma formação bianual de 160 horas/ano para os professores-alfabetizadores² que atuam do primeiro ao terceiro ano nas redes públicas de ensino. A formação é oferecida por Instituições de Ensino Superior – IES credenciadas, em parceria com os estados e municípios. Os formadores dos alfabetizadores são os orientadores de estudos, que por sua vez são acompanhados pelos formadores regionais.

A política de formação de professores e professoras requer atenção por parte dos pesquisadores da educação no sentido de acompanhar e avaliar as ações governamentais e as políticas de Estado. Neste sentido, realizamos um levantamento e o estudo de parte das produções acadêmicas que abrangem esse programa a fim de compreendê-las, especificamente, aquelas que

¹A Portaria nº 826 de 7 de julho de 2017 dá nova redação na composição dos eixos de desempenho.

² Denominação destes no programa independentemente do gênero.

contribuem para o enriquecimento das análises quanto à implementação do programa PNAIC como política pública de formação continuada de professores. Por se tratar de uma política pública recente que desperta a atenção da comunidade acadêmica foi imprescindível, portanto, que buscássemos as contribuições que possam estar contidas nas produções analisadas, atentando para o cuidado ético e moral, com o objetivo de enriquecer o debate no campo científico.

Metodologia

O levantamento bibliográfico se deu a partir da busca *online* das produções acadêmicas disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), nos anais dos eventos da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Foram também analisados os estudos contidos nos anais da 36ª Reunião de Goiânia-GO; na 37ª Reunião Nacional da ANPED de 2015, (no GT10 - alfabetização, leitura e escrita e no GT12 - Currículo) também realizado nas modalidades de Comunicação Oral e Pôsteres em todos os GTs Região Sul, Reunião Regional da ANPED/SUL. Em 2012 na IX ANPED SUL foi analisado o GT5 - Estado e Política Educacional. Nas reuniões de 2014 foram encontrados eixos temáticos. Os eixos analisados foram: Eixo 5 – Educação e Infância; Eixo 6 – Formação de Professores.

Para o delineamento do estudo empregamos as seguintes estratégias: primeiro utilizamos o termo “PNAIC” como descritor de busca geral. Dos resultados iniciais triamos aqueles cujos resumos e palavras-chave indicavam tratar da “formação de professores”, “política pública”, “política educacional” e “formação continuada”. Após esta etapa organizamos e analisamos as produções quanto aos seus objetivos, metodologia e resultados apresentados.

Portanto, depois de estabelecidos os critérios a busca se desdobrou da seguinte forma: No Banco de Teses e Dissertações da CAPES, usando o descritor “PNAIC” foram encontrados 75 registros, sendo 72 Dissertações e 03 Teses de Doutorado. Dentre elas selecionamos 12 Dissertações e 01 Tese.

No levantamento feito na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD do IBICTI usamos os mesmos critérios de busca utilizados anteriormente na CAPES, e nos primeiros resultados com o descritor “PNAIC” foram encontrados 41 trabalhos, sendo 35 Dissertações e 06 Teses. Depois de analisados todos os 41 títulos, refinamos nossa busca reduzindo o quantitativo para 19 Dissertações e 02 Teses de Doutorado. Embora não analisemos todo o quantitativo – por uma parte dele não se aproximar do nosso foco – elencamos 09 Dissertações e 02 Teses de Doutorado, pois 05 dessas produções – 02 Teses e 03 Dissertações – já estavam cadastradas no banco da CAPES.

Nosso levantamento bibliográfico identificou 120 (cento e vinte e quatro) trabalhos que continham o termo “PNAIC”, porém analisamos as produções acadêmicas que tratavam especificamente do eixo relacionado à formação de professores. Assim sendo, de um total de 21 Dissertações e três Teses localizadas sobre o PNAIC e a formação docente, o quantitativo foi reduzido para 08 (oito) Dissertações e 03 Teses a respeito da formação continuada.

Resultados e discussões

Das produções analisadas 05 traziam no referencial teórico-metodológico, o Materialismo Histórico – Dialético, cujos objetivos em suma eram analisar a política de formação docente contida no PNAIC. Os alicerces teóricos e metodológicos aqui apresentados nas produções sob o ponto de vista do MHD estabelecem as bases na compreensão do objeto, na sua totalidade de modo a evitar a visão caótica, o apriorismo no campo, atentando para estabelecimento do rigor científico enquanto pesquisa social. Enquanto percurso metodológico, segundo o próprio Marx, se desenvolve por aproximações sucessivas, tendo o objeto de estudo como “o cientificamente exato (o concreto pensado). A realidade é concreta exatamente por ser ‘a síntese de muitas determinações’, a ‘unidade do diverso’ que é própria de toda totalidade” (MARX, 1968 apud NETTO, 2011, p.45).

O método se constitui o instrumento insubstituível no percurso da construção da linguagem científica e decisivo no êxito das pesquisas sociais, pois se propõe penetrar no mundo das contradições existentes na relação do objeto com a sociedade em que ele está inserido. Nesse

sentido, indissociavelmente no contexto do método trilhado pelas pesquisas analisadas, surge também, a contradição como categoria metodológica de muita relevância. Nesta direção, Cury (1985, p. 35) aponta que:

Na totalidade, cada realidade e cada esfera dela são uma totalidade de determinações, de contradições atuais ou superadas. Cada esfera da realidade está aberta para todas as relações e dentro de uma ação recíproca com todas as esferas do real. Mas a totalidade sem contradições é vazia e inerte [...] A contradição revela a qualidade dialética da totalidade.

Com base no referencial e no conceito de totalidade, foi possível evidenciar à luz das Teses e Dissertações que há fragilidades na transposição da proposta inicial da política apontada pelo PNAIC. O aligeiramento na formação de professores e professoras é destacado pelos pesquisadores como ponto vulnerável e se configura obstáculo para a formação integral do (a) docente e expõe a necessidade da construção do Sistema Nacional de Educação – SNE, conforme proposto por Saviani (2000). Para este autor, apenas o termo Sistema Nacional de Educação vigente no país, é frágil, não atende às demandas educacionais e não dá conta da complexidade em que se encontram as políticas públicas e que de fato atenda aos anseios descritos nos documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases, cujo texto prima por uma educação pública e de qualidade, no entanto, esbarram em determinadas “fragilidades”, tais como as apontadas pelos pesquisadores.

Pereira(2016) pesquisou o PNAIC na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica – PHC. Baseando-senas recomendações do caderno número 05 do programa –Geometria –, o autor traça um paralelo da formação matemática em alfabetização e a formação continuada à luz das contribuições de Demerval Saviani (2012), que esclarece como o aligeiramento nas formações continuadas é nocivo ao desenvolvimento educacional, pois “caracteriza práticas de ensino empobrecidas, esvaziadas de conteúdos que revelam o menosprezo pela transmissão-assimilação dos conceitos científicos.” (SAVIANI, 2012 apud PEREIRA, 2016, p. 16) Noutro viés, a PHC entende que a educação precisa ser pensada a partir da realidade do sujeito, pois a mesma “insere às aulas, elementos curriculares e reflexões teóricas que incidem, diretamente, nas relações sociais que atravessam, influenciam e condicionam a realidade existencial dos alunos” (PEREIRA, 2016,

p.90), em que escola se configure espaço de transformação da estrutura para além da ascensão social.

No que tange à valorização docente e os eixos de desempenho, constata-se na proposta do PNAIC a “inexistência de um plano de carreira para os/as docentes do programa, ausência de referência à alfabetização ecológica e sustentabilidade e a insuficiência quanto ao uso das tecnologias digitais” (AMORIM, 2015, p.06), porém, este mesmo estudo evidencia a integração federativa como um caráter positivo do PNAIC.

Os pesquisadores apontam também para o risco da padronização internacional de políticas seguindo os princípios de focalização³ e descentralização. Melo (2015) tece uma crítica acerca da estrutura do programa que, a seu ver, possui caráter compensatório centrado exclusivamente no exercício professoral assentado na teoria da epistemologia da prática⁴.

O levantamento bibliográfico permitiu perceber, segundo os pesquisadores, que a política pública PNAIC, por suas características voltadas à cultura do desempenho, implicitamente está atrelada a termos cunhados na Administração, como “gerencialismo”, cuja expressão,

Preconiza o uso de indicadores de desempenho para controle de resultados; descentralização administrativa; uso mais racional dos recursos; flexibilização de processos; uso de pressupostos da gestão da qualidade total como: satisfação do ‘cliente’ (cidadão), melhoria contínua, participação dos servidores na tomada de decisão; terceirização de atividades de apoio; reestruturação da máquina pública incluindo o enxugamento de pessoal. (BRASIL, 2017)

Envolto no cenário do gerencialismo, o PNAIC e os resultados alcançados por alunos e alunas, não escapam às avaliações em larga escala, pelos organismos oficiais, tais como a

³Passou a chamar-se focalização, a interpretação de que os governos devem centrar suas preocupações nas necessidades sociais, e não na rentabilidade econômica privada, identificando grupos sociais particulares para melhor atendê-los, sob a alegação, difundida por organismos multilaterais, como o Banco Mundial, de que este é o enfoque mais eficiente e racional de alocação de recursos. Disponível: http://neppos.unb.br/publicacoes/contra_focal.pdf.

⁴ Destaca-se no escopo de um movimento que, formulando suas concepções de formação e trabalho docente, procura resgatar o professor como sujeito central nessas duas instâncias da atividade educativa, sem desconsiderar o protagonismo do aluno. Dada às suas variadas abordagens, o ideário passa a configurar campos distintos de discussão entre os educadores, que em atendimento aos seus referenciais políticos, ideológicos e epistemológicos, situam-se uns no plano da reflexão de natureza instrumental e pragmática; outros advogam a necessidade de expandir a reflexão para o âmbito das práticas sociais, sem, entretanto, apontar para a superação das condições concretas sobre as quais se realizam as práticas educativas. Daí emerge variadas denominações que, caracterizando as abordagens, parecem estabelecer relações com suas filiações teórico-epistemológicas. (Revista Educação e Cultura Contemporânea. Vol. 10, n. 21, p. 49).

Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA e a Provinha Brasil, dois mecanismos criticados pelos pesquisadores no que concernem à elaboração padronizada que não leva em conta as várias realidades e diversidades existentes no país. Watanabe (2016) faz duras críticas à ANA e a Provinha Brasil que, do ponto de vista da pesquisadora, estes dois procedimentos de avaliação configuram-se um retrocesso. Traz o termo medicalização da educação⁵ referindo-se às ações pontuais e emergenciais para sanar as dificuldades de aprendizagem atribuindo-lhes causas biológicas. Como na maioria das pesquisas concernentes ao PNAIC, irá surgir a crítica quanto a ideia subliminar contida no programa do Pacto: a intenção de formação continuada que prime pela técnica dissociada da perspectiva emancipatória de discentes e docentes.

Contudo, ficou evidenciado que o PNAIC, como política de formação continuada, proporciona uma interação há muito perdida no âmbito das instituições escolares, uma vez que nos momentos de encontros e reuniões periódicas há trocas de experiências que vão além das recomendações expressas nos livros e nos cadernos de formação que acompanham o material de apoio do programa e permitem construir “várias relações à construção da prática pedagógica dos professores cursistas, especialmente no que concerne aos seus saberes e fazeres”. (ARAGÃO, 2015, p. 10).

Os educadores travam uma difícil discussão acerca da reprovação escolar, a qual está intimamente ligada ao conceito de fracasso escolar. O PNAIC preconiza e recomenda a aprovação automática nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Neste sentido, o estudo intitulado, Tensão entre as Perspectivas sobre a Retenção Escolar e a Instituição da Progressão Continuada no Contexto de Prática do PNAIC,(SILVA, 2015),traz esse enfoque que é amplo e de rico repertório científico. A autora se propõe a entrar numa seara de difícil e contínuo debate epistemológico cujo foco centra-se na dúvida: reprovar ou não reprovar? Esta é uma discussão ampla e de rico repertório na literatura acadêmica, mas à luz de alguns teóricos como, Freire (2007); Ferreira

⁵ Processo de transformar questões sociais em biológicas, conhecido como biologização. Nos momentos de grade tensão sociais, de movimentos reivindicatórios importantes, a resposta da humanidade sempre foi no sentido de biologizar as questões sociais que se haviam transformado em foco de conflitos. Na escola, este processo de biologização geralmente se manifesta colocando como causas do fracasso escolar quaisquer doenças das crianças. Desloca-se o eixo de uma discussão político-pedagógica para causas e soluções pretensamente médicas, portanto inacessíveis à Educação. A isto, devemos chamar medicalização do processo ensino-aprendizagem (WATANABE, 2016, p.109).

(1998); Patto (1999), dentre vários, é possível compreender o PNAIC inserido neste contexto. Saviani (2010) que vê a contradição contida no seio da escola – e a reprovação constitui-se em contradição – atenta para o combate a esta incoerência ao afirmar que é necessário “ a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, é preciso se posicionar diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas” (SAVIANI, 1991, p. 103).

Alguns/algumas pesquisadores (as) se dispuseram analisar o PNAIC em conjunto com outras políticas, pois muitos ambientes e redes escolares naturalmente aderem a mais de um programa, seja um na esfera estadual e municipal e outro em esfera federal. Tedesco (2015) se dispôs a avaliar o PNAIC juntamente com o Programa um Computador por Aluno (PROUCA) ⁶ para compreender a contribuição do suporte tecnológico deste programa no processo de aquisição da leitura e escrita. A pesquisadora conseguiu apreender que há expectativas positivas no comportamento dos docentes que utilizaram as tecnologias no dia a dia da rotina em salas de aula e, “foi possível perceber o comprometimento e a preocupação dos docentes com o ato de ensinar e aprender de maneira reflexiva, inovadora e qualitativa pela inserção das tecnologias digitais e o novo olhar para a aprendizagem de alunos na alfabetização”. (TEDESCO, 2015, p.7). Porém ressalta que é preciso discutir o papel das novas tecnologias como ferramentas de aprendizagem e mais urgentemente tratar as discrepâncias existentes quanto à distribuição e acesso às ferramentas tecnológicas que não estão disponíveis para todos de forma equânime.

A formação continuada não deve estar atrelada apenas às ações governamentais; ela poderá acontecer também, no seio da instituição de ensino através de iniciativa própria dos envolvidos na escola, e a coordenação pedagógica terá então esta tarefa de promover e/ou dar continuidade aos projetos e programas assumidos pela instituição. Neste sentido, Santos (2015) analisa o papel do coordenador pedagógico no contexto de efetivação do PNAIC na rotina das

⁶Instituído pela [Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010](#), o Prouca tem por objetivo promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante a utilização de computadores portáteis denominados laptops educacionais. O FNDE facilita a aquisição desses equipamentos com recursos dos próprios estados e municípios por meio da adesão ao pregão eletrônico. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfo/eixos-de-atuacao/programa-um-computador-por-aluno-prouca>. Acesso em 20/08/2017.

docentes de uma escola pública. O estudo empenha-se em responder à questão de pesquisa, “como os coordenadores pedagógicos, que atuam junto aos professores do ciclo de alfabetização, podem ressignificar suas ações formadoras, no sentido de integrar os professores participantes do PNAIC no eixo alfabetização matemática, para qualificar o trabalho nas unidades escolares?” (SANTOS, 2015, p. 26). A pesquisadora conclui seu estudo elencando o papel do coordenador pedagógico na unidade escolar. Contribui para o programa listando sete recomendações que correlacionem o trabalho de coordenação pedagógica com o PNAIC. Algumas exortações:

O processo de formação continuada a ser realizado na escola deve ser construído por seus atores, sob a sua orientação; a formação continuada deve promover o desenvolvimento de todos os professores em todos os aspectos do conhecimento; o processo formativo se realiza no espaço escolar, em particular nas dependências da escola, nos espaços da profissão oportunizando aos professores mais experientes a participação essencial na formação dos mais jovens, estimulando a partilha de conhecimentos e experiências; os processos de formação de professores devem privilegiar o estudo de situações concretas, de insucesso escolar, de problemas escolares ou de dificuldades de grupos específicos, buscando sempre que possível as melhores soluções para cada caso (SANTOS, 2015, p.82).

São de suma importância as contribuições de Santos (2015), uma vez que o coordenador pedagógico não é contemplado pelo PNAIC. Significa dizer que os mesmos não participam diretamente da formação continuada e não possuem atribuições diretas no programa. Porém, por fazerem parte da equipe pedagógica no ambiente da escola, é imperativo que os mesmos permaneçam envolvidos no processo de desenvolvimento formativo docente.

Martins (2016) e o seu estudo intitulado, “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): a educação como legitimação e dominação social”, traz uma análise das iniciativas que têm como pano de fundo as exigências do Grupo Banco Mundial. Para assegurar a consistência de suas censuras opta pela síntese de múltiplas determinações ancorada no materialismo histórico-dialético. A autora discorre sobre o que estaria por trás do Pacto: uma política pública educacional atrelada à categoria ideologia incrustada na maioria dos programas voltados à educação. Traz uma importante contribuição de François Dubet no que tange à igualdade de oportunidades. O autor,

Trata da questão da igualdade de oportunidades numa perspectiva inerente ao ambiente escolar. Para isso, ele se empenha na tarefa de explicitar sua crença na possibilidade de existir, no contexto da sociedade capitalista, uma escola justa, a que ele denomina de escola das oportunidades. Dubet desenvolve uma crítica à meritocracia e afirma sua defesa do aperfeiçoamento da igualdade das oportunidades por meio da igualdade distributiva e como condição para a promoção da igualdade social e individual das oportunidades. (DUBET, 2008 apudMARTINS, 2016, p.90).

O trabalho intitulado, “Um cenário, duas técnicas: análise dos pressupostos teóricos dos programas Alfa e Beto e PNAIC”(SOUSA; NOGUEIRA e MELIM, 2015), apresentado na 37ª Reunião Nacional da ANPED, UFSC – Florianópolis considera os dois programas tecendo um quadro comparativo. As autoras tratam do PNAIC e do Programa Além das Palavras, do Instituto Alfa e Beto⁷ por serem adotados concomitantemente pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, o que resultou na formação oferecida pelos dois programas aos docentes da rede. O referido programa é um projeto de intervenção pedagógica que consiste num conjunto de práticas e materiais didáticos adquiridos do instituto. Muito embora o instituto seja não governamental, a iniciativa frente à alfabetização se assemelha ao PNAIC, porém as autoras deste estudo da ANPED ratificam a necessidade de formação política do docente atentando para a importância de se conhecer o que “pensam” as políticas a respeito do trabalho do (a) docente. “Quando sua autonomia criativa é obstruída por determinados tipos de políticas de intervenção, o professor acaba sendo visto como um ‘tarefeiro’, técnico e executor...” (SOUSA; NOGUEIRA e MELIM, 2015, p.2). As autoras concluem que as matrizes teóricas dos programas divergem entre si evidenciando o descuido do poder público frente suas escolhas.

Rosário (2015)traz o PNAIC e a importância de se compreender o currículo como conceito amplo e incompleto dado a sua complexidade histórica de largo envolvimento de agentes sociais distante da visão apriorista de algo que seja ele: – o currículo – uma peça conteudista. Enxerga o PNAIC como produção curricular e cultural, e sinaliza que é preciso considerar que os documentos do pacto “fazem parte de uma rede de relações que envolvem também avaliação, propostas curriculares e materiais didáticos entendidos por nós como diretivos” (ROSÁRIO 2015,

⁷O Instituto Alfa e Beto (IAB) é uma organização não governamental. Criado em novembro de 2006, tem como diretor-presidente, o professor João Batista Araújo e Oliveira, conforme informações do site oficial da instituição, disponível em<<http://www.alfaebeto.org.br>>. Acesso em 20/08/2016.

p.2). Portanto, sob sua análise, o programa como um todo é passível de interpretações e assimilações diversas que podem culminar no tecnicismo.

No levantamento bibliográfico encontramos um grupo de pesquisa, cujo registro é oportuno: o OBEDUC Pacto. Trata-se de um projeto de pesquisa sediado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, selecionado pelos editais do programa OBEDUC⁸ com a proposta de realização de pesquisas sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. As produções do grupo estão sendo desenvolvidas pelos estudantes graduandos e pós-graduandos em Educação e professores da educação básica pela Universidade Federal de Pelotas, vinculados ao Obeduc Pacto. Este grupo já produziu 39 trabalhos diversos que abordam o PNAIC direta ou indiretamente entre os anos 2013 e 2016 disponíveis na biblioteca do programa.

Considerações finais

O levantamento bibliográfico apontou cerca de 120 trabalhos sobre o PNAIC, um considerável repertório de produções— proporcionalmente ao ano de criação do programa, 2012. Elencamos algumas das contribuições destes estudos, porém cientes de que o aporte colaborativo é bem maior. Ficou claro que a maioria das produções se alicerçou nos pressupostos Marxistas pela singularidade da compreensão do objeto em sua totalidade cercado de contradições.

Os trabalhos criticam reiteradamente a intervenção externa de organismos internacionais que exortam a política educacional de resultados quantificáveis através das avaliações realizadas em larga escala, sob a chancela da descentralização e do gerencialismo. O fracasso escolar é discutido à medida que o programa estabelece a progressão automática, porém é posto em dúvida a educação oferecida aos discentes.

⁸O Programa Observatório da Educação (OBEDUC), resultado da parceria entre a Capes, o INEP e a SECADI, foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.803, de 08 de junho de 2006, com o objetivo de fomentar estudos e pesquisas em educação, que utilizem a infraestrutura disponível das Instituições de Educação Superior – IES e as bases de dados existentes no INEP. O programa visa, principalmente, proporcionar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica e estimular a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/observatorio-da-educacao>. Acessado em 20/09/2017.

No que concerne à formação continuada, os estudos apontam algumas lacunas e contradições na política: insuficiência de tecnologias digitais, ausência de plano de carreira docente, inexistência de alfabetização ecológica e sustentabilidade e o risco eminente do teor do programa se assentar na prática professoral que pode se caracterizar tecnicista.

Referências

Administração pública no Brasil: o gerencialismo. 2017. Disponível em:

<http://www.politize.com.br/gerencialismo-administracao-publica/>. Acesso em 20/08/2017.

AMORIM, Paula Renata. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012): Análise e Perspectiva de Ação**. 2015. 125p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, São Paulo. 2015.

ARAGÃO, Ana Paulo Ferreira. **O que os professores da Rede Pública Estadual do Semiárido Sergipano dizem sobre o PNAIC, eixo matemática**. 2015. 96p. Dissertação (Mestrado em Ciência e Matemática). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador**: caderno de apresentação; planejamento escolar: alfabetização e ensino da língua. Brasília: MEC, SEB, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

MARTINS, Maria Ribeiro Artemis. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): A educação como legitimação e dominação social**. 2016. 199f. Dissertação (mestrado) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2016.

MELO, Claudiana Maria Nogueira De. **Estudo Comparativo entre Programas de Formação de Professores Alfabetizadores: Análise dos Aspectos Políticos e Pedagógicos**. 2015. 165p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará. 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Adalto de Jesus. **Contribuições da pedagogia histórico-crítica para o ensino da geometria espacial no ciclo de alfabetização**. 2016. 104 f. Dissertação – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Porque também sou contra a focalização das políticas sociais**. 2016. Disponível em http://nepos.unb.br/publicacoes/contra_focal.pdf. Acesso em 20/08/2017.

ROSÁRIO, Roberta Sales Lacê. **PNAIC e suas Traduções – Desafios e Negociações Envolvendo os Processos Culturais do Currículo**. In: 37ª Reunião Nacional da ANPED, UFSC – Florianópolis, Santa Catarina.

SANTOS, Cintia Anselmo dos. **O papel do coordenador pedagógico no processo formativo dos professores do ciclo de Alfabetização: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC**. Trabalho Final. 2015. 94 f. Mestrado Profissional em Formação de Formadores. PUCSP, São Paulo, SP, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**. 3.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2000.

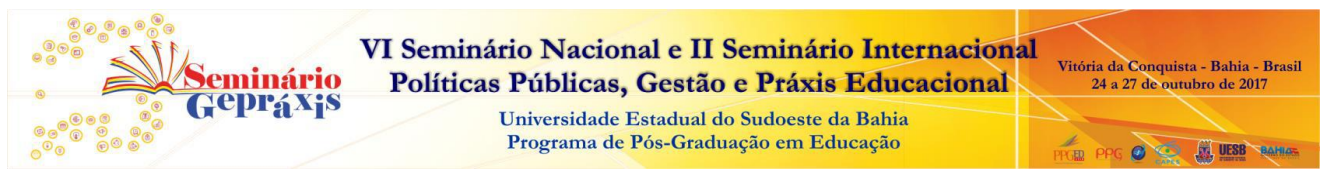
_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991.

SILVA, Luciana Dantas Sarmento. **Tensão entre as Perspectivas sobre a Retenção Escolar e a Instituição da Progressão Continuada no Contexto de Prática do PNAIC**. 2015. 176p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2015.

SOUSA, Sandra Novais; NOGUEIRA, Eliane Greice Davanço; MELIM, Ana Paula Gaspar. **Um cenário, duas técnicas: análise dos pressupostos teóricos dos programas Alfa e Beto e PNAIC**. In: 37ª Reunião Nacional da ANPED, UFSC – Florianópolis, Santa Catarina.

TEDESCO, Sirlei. **Formação continuada de professores: experiências integradoras de políticas educacionais - PNAIC e Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) - para alfabetização no ensino fundamental de uma escola pública**. 2015. 93p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

WATANABE, Adriana. **Políticas Públicas de Alfabetização na Rede Municipal de Ensino de São Paulo: uma trajetória para a consolidação do Direito à Educação**. 2015. 251f. Tese



(Doutorado em educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.